

JUCESP
20 05

JUCESP PROTOCOLO
0.565.582/11-2



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA OAS ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissora:

(a) **OAS ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Angélica, n.ºs 2.330/2.346/2.364, 9º andar, sala 904, CEP 01228-200, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 14.811.848/0001-05, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

Como agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das Debêntures da Primeira Série (conforme abaixo definido) ("Debenturistas da Primeira Série") e das Debêntures da Segunda Série (conforme abaixo definido) ("Debenturistas da Segunda Série") e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Série, "Debenturistas") da 2ª (segunda) emissão pública de debêntures da Emissora;

(b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 4, sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário"); e

Como interveniente garantidor:

(c) **CONSTRUTORA OAS LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Angélica, n.ºs 2.330/2.346/2.364, 7º andar, sala 720, CEP 01228-200, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 14.310.577/0001-04, neste ato representada na forma de seu contrato social ("Fiadora");

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da OAS Engenharia e Participações S.A." (respectivamente, "Escritura de Emissão" e "Emissão"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

2

1

JUE 30
20 05 11

Cláusula Primeira – DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 25 de maio de 2011 ("AGE"), na qual foram deliberadas as condições da Emissão, conforme disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.2. Foram delegados pela AGE poderes à Diretoria da Emissora para (i) tomar todas as providências necessárias à implementação da Emissão e da Oferta Restrita (conforme definido abaixo) autorizadas pela AGE; e (ii) praticar todos os demais atos e providências necessárias à formalização e efetivação das deliberações da AGE, inclusive, mas não se limitando, a firmar e, se necessário, aditar esta Escritura de Emissão, contratos e outros instrumentos relativos à Emissão e à Oferta Restrita (conforme definido abaixo), ressalvados aqueles que, por expressa disposição legal ou estatutária, sejam de competência exclusiva da Assembleia Geral de acionistas da Emissora.

Cláusula Segunda – DOS REQUISITOS

A emissão das Debêntures (conforme definido a seguir) será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Da Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e na ANBIMA

2.1.1 A Emissão será realizada nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

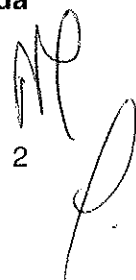
2.1.2 A Emissão não será registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, conforme dispõe o parágrafo primeiro do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação da Ata da AGE

9



MP
2



JUCESP
20 06 11

A ata da AGE que deliberou a Emissão será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo e (ii) Diário do Comércio.

2.3. Registro da Escritura de Emissão

A Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCESP, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Registro para Colocação

2.4.1 As Debêntures (conforme definido a seguir) serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário no SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), e no SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo as negociações liquidadas e as Debêntures (conforme definido a seguir) custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito no item 2.4.1. acima, as Debêntures (conforme definido a seguir) somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido a seguir) depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição por cada investidor, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476.

2.5. Registro da Garantia Fidejussória

2.5.1. A presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos em função da garantia fidejussória prestada, serão registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes das partes, conforme mencionado no item 4.19.7 desta Escritura de Emissão, na forma prevista na Lei n.º 6.015 de 31 de dezembro de 1973 e demais dispositivos legais aplicáveis. Após o registro da Escritura de Emissão, a Emissora deverá disponibilizar ao Agente Fiduciário uma via original do documento registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do registro.

Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Séries

A Emissão será realizada em até 2 (duas) séries (as "Debêntures da Primeira Série" e as "Debêntures da Segunda Série", referidas em conjunto simplesmente como "Debên-

JUCESP
20 06 11

tures”), sendo que a quantidade de Debêntures a serem emitidas e a respectiva alocação de Debêntures de cada série serão definidas pelos Coordenadores (conforme definido a seguir) de acordo com a verificação de demanda apurada por meio do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido a seguir).

3.2. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão das Debêntures, na Data de Emissão, conforme abaixo definida, será de até R\$ 270.000.000,00 (duzentos e setenta milhões de reais) (“Valor Total da Emissão”).

3.3. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas até 27.000 (vinte e sete mil) Debêntures. A alocação das Debêntures entre as séries ocorrerá no sistema de vasos comunicantes, ou seja, o valor emitido para a 1ª Série deverá ser abatido do Valor Total da Emissão, sendo que não serão colocadas Debêntures da 2ª Série antes da colocação ou cancelamento total das Debêntures da 1ª Série que não foram colocadas. A quantidade de Debêntures a serem emitidas e a respectiva alocação em cada série após o *Procedimento de Bookbuilding* serão objeto de aditamento a presente Escritura de Emissão.

3.4. Destinação de Recursos

Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados ao refinanciamento de dividas da Emissora, priorizando aquelas com datas de vencimento mais próximas à Data de Emissão das Debêntures, mantidas com as seguintes instituições financeiras: HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, Banco Bradesco S.A. e Banco BTG Pactual S.A, visando a abertura de limite de crédito para futuras emissões de fianças destinadas ao cumprimento de exigências dos clientes da Emissora no âmbito de contratos de prestação de serviço de engenharia.

3.5. Número da Emissão

Esta Escritura de Emissão representa a 2ª (segunda) emissão pública de Debêntures da Emissora.

3.6. Banco Mandatário e Agente Escriturador

O banco mandatário e agente escriturador da presente Emissão será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, s/n,

JUL 20 06 11

inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Mandatário" e "Agente Es-
criturador"), cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco
Mandatário e/ou o Agente Escriurador na prestação dos serviços previstos nesta Cláu-
sula.

3.7. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este
deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis an-
tes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documenta-
ção comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado
dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

3.8. Procedimento de *Bookbuilding*

3.8.1. O procedimento de *bookbuilding* é o procedimento de coleta de intenções de in-
vestimento nas Debêntures a ser conduzido pelos Coordenadores para definição da
quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série ("Procedimento de *Bookbuil-
ding*").

3.8.2. A quantidade de Debêntures a serem emitidas e a respectiva alocação em cada
série serão definidas na data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e serão
objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão.

Cláusula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de co-
locação ("Oferta Restrita"), sob regime de garantia firme de colocação no montante e-
quivalente a R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) e de melhores esforços pa-
ra o montante equivalente a até R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais), com a in-
termediação da HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Coordenador
Líder"), do Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI") e do Banco BTG Pactual S.A.
("BTG Pactual") e, em conjunto com o Coordenador Líder e com o Bradesco BBI, "Coor-
denadores").

4.1.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476.
Para tanto, os Coordenadores poderão acessar no máximo 50 (cinquenta) investidores

5

JUL 29
20 06 11

qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados"), sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

4.1.3. As Debêntures da Segunda Série somente serão colocadas após a subscrição e integralização total ou cancelamento total das Debêntures da Primeira Série que não foram colocadas.

4.2. Data de Emissão das Debêntures

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 25 de junho de 2011 ("Data de Emissão").

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.3.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.3.2. No âmbito e para os efeitos do artigo 4º, inciso II, da Instrução CVM 476, os Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, o montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) em Debêntures.

4.4. Forma e Conversibilidade

4.4.1. As Debêntures serão da forma escritural e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.




4.4.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Agente Escriurador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND o extrato em nome dos titulares das Debêntures emitido pela CETIP.

4.5. Espécie

As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, com garantia fidejussória.

4.6. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

av

JUCESP
20 06 11

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido), calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização.

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

4.6.3. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, em uma única data, a qualquer tempo, no prazo de até 20 (vinte) dias contados da data de início de distribuição das Debêntures.

4.7. Data de Vencimento

4.7.1. As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vigência de 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 25 de junho de 2013 ("Data de Vencimento da Primeira Série").

4.7.2. As Debêntures da Segunda Série terão prazo de vigência de 3 (três) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 25 de junho de 2014 ("Data de Vencimento da Segunda Série").

4.8. Amortização do Principal

4.8.1. A amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será realizada em 7 (sete) parcelas mensais, iguais e consecutivas, conforme indicado na tabela abaixo, sendo devida a primeira parcela no dia 25 de dezembro de 2012:

Datas e Porcentagens de Pagamento de Principal		
1ª parcela	25 de dezembro de 2012	14,2800%
2ª parcela	25 de janeiro de 2013	14,2800%
3ª parcela	25 de fevereiro de 2013	14,2800%
4ª parcela	25 de março de 2013	14,2800%
5ª parcela	25 de abril de 2013	14,2800%
6ª parcela	25 de maio de 2013	14,2800%
7ª parcela	25 de junho de 2013	14,3200%

~





JUL 19
20 05 11

4.8.2. A amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será realizada em 19 (dezenove) parcelas mensais, iguais e consecutivas, conforme indicado na tabela abaixo, sendo devida a primeira parcela no dia 25 de dezembro de 2012:

Datas e Porcentagens de Pagamento de Principal		
1ª parcela	25 de dezembro de 2012	5,2600%
2ª parcela	25 de janeiro de 2013	5,2600%
3ª parcela	25 de fevereiro de 2013	5,2600%
4ª parcela	25 de março de 2013	5,2600%
5ª parcela	25 de abril de 2013	5,2600%
6ª parcela	25 de maio de 2013	5,2600%
7ª parcela	25 de junho de 2013	5,2600%
8ª parcela	25 de julho de 2013	5,2600%
9ª parcela	25 de agosto de 2013	5,2600%
10ª parcela	25 de setembro de 2013	5,2600%
11ª parcela	25 de outubro de 2013	5,2600%
12ª parcela	25 de novembro de 2013	5,2600%
13ª parcela	25 de dezembro de 2013	5,2600%
14ª parcela	25 de janeiro de 2014	5,2600%
15ª parcela	25 de fevereiro de 2014	5,2600%
16ª parcela	25 de março de 2014	5,2600%
17ª parcela	25 de abril de 2014	5,2600%
18ª parcela	25 de maio de 2014	5,2600%
19ª parcela	25 de junho de 2014	5,3200%

4.9. Remuneração

4.9.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado.

4.9.2. A remuneração das Debêntures da Primeira Série contemplará juros remuneratórios correspondentes a 117% (cento e dezessete inteiros por cento) da variação acumulada da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI" e "Remuneração da Primeira Série"). A

JUL 30 06 11

Remuneração da Primeira Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado desde a Data de Emissão ou da data de vencimento do último Período de Capitalização (conforme definido abaixo), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, observando-se o cronograma de pagamento da Remuneração da Primeira Série descrito no item 4.9.2.1. de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNb \times (FatorDI - 1)$$

onde:

J - Valor unitário dos juros remuneratórios, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final do Período de Capitalização.

VNb = Valor Nominal de emissão, ou da data da última amortização ou incorporação, se houver, calculado/informado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

Fator DI - produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

k – Número de ordem da Taxa DI, variando de 1 (um) até *n*.

n - Número total de Taxas DI, sendo “*n*” um número inteiro.

p – 117 (cento e dezessete) aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais.

TDI_k - Taxa DI de ordem *k*, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

JUL 29
20 06 11

DI_k - Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

Para fins de cálculo da Remuneração da Primeira Série:

- (a) o fator resultante da expressão $\left(1 + DI_k \times \frac{p}{100}\right)$ considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento, assim como seu produtório;
- (b) efetua-se o produtório dos fatores diários, sendo $\left(1 + DI_k \times \frac{p}{100}\right)$ que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (c) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (d) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

4.9.2.1. Durante o período decorrido entre a Data de Emissão e a data do início da amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ("Carência de Principal da Primeira Série"), nos termos do item 4.8.1, a Remuneração da Primeira Série será paga semestralmente, conforme indicado na tabela abaixo. Após o período de Carência de Principal da Primeira Série, a Remuneração da Primeira Série será paga mensalmente, nas mesmas datas de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme indicado na tabela abaixo (cada data de pagamento de Remuneração da Primeira Série, uma "Data de Pagamento de Remuneração da Primeira Série"):

Datas de Pagamento de Remuneração da Primeira Série	
1ª) 25 de dezembro de 2011	6ª) 25 de março de 2013
2ª) 25 de junho de 2012	7ª) 25 de abril de 2013
3ª) 25 de dezembro de 2012	8ª) 25 de maio de 2013
4ª) 25 de janeiro de 2013	9ª) 25 de junho de 2013
5ª) 25 de fevereiro de 2013	

4.9.3. A remuneração das Debêntures da Segunda Série contemplará juros remuneratórios correspondentes a 121% (cento e vinte e um inteiros por cento) da variação acumulada da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "over extra gru-

JUCEP
20 06 11

po", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Remuneração da Segunda Série", referida em conjunto com a Remuneração da Primeira Série como "Remuneração"). A Remuneração da Segunda Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado desde a Data de Emissão ou da data de vencimento do último Período de Capitalização (conforme definido abaixo), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, observando-se o cronograma de pagamento da Remuneração da Segunda Série descrito no item 4.9.3.1. abaixo, de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNb \times (FatorDI - 1)$$

onde:

J - Valor unitário dos juros remuneratórios, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final do Período de Capitalização.

VNb = Valor Nominal de emissão, ou da data da última amortização ou incorporação, se houver, calculado/informado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

Fator DI - produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

k – Número de ordem da Taxa DI, variando de 1 (um) até *n*.

n - Número total de Taxas DI, sendo "n" um número inteiro.

p – 121 (cento e vinte e um) aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais.

TDI_k - Taxa DI de ordem *k*, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

JUCESP
20 06 11

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k - Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

Para fins de cálculo da Remuneração da Segunda Série:

- (a) o fator resultante da expressão é $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$ considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento, assim como seu produtório;
- (b) efetua-se o produtório dos fatores diários, sendo $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$ que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (c) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (d) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

4.9.3.1. Durante o período decorrido entre a Data de Emissão e a data do início da amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ("Carência de Principal da Segunda Série"), nos termos do item 4.8.2, a Remuneração da Segunda Série será paga semestralmente, conforme indicado na tabela abaixo. Após o período de Carência de Principal da Segunda Série, a Remuneração da Segunda Série será paga mensalmente, nas mesmas datas de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme indicado na tabela abaixo (cada data de pagamento de Remuneração da Segunda Série, uma "Data de Pagamento de Remuneração da Segunda Série", referida em conjunto com a Data de Pagamento de Remuneração da Primeira Série como "Datas de Pagamento de Remuneração"):

Datas de Pagamento de Remuneração da Segunda Série	
1ª) 25 de dezembro de 2011	12ª) 25 de setembro de 2013
2ª) 25 de junho de 2012	13ª) 25 de outubro de 2013
3ª) 25 de dezembro de 2012	14ª) 25 de novembro de 2013
4ª) 25 de janeiro de 2013	15ª) 25 de dezembro de 2013

JUE 30
20 06 11

5ª) 25 de fevereiro de 2013	16ª) 25 de janeiro de 2014
6ª) 25 de março de 2013	17ª) 25 de fevereiro de 2014
7ª) 25 de abril de 2013	18ª) 25 de março de 2014
8ª) 25 de maio de 2013	19ª) 25 de abril de 2014
9ª) 25 de junho de 2013	20ª) 25 de maio de 2014
10ª) 25 de julho de 2013	21ª) 25 de junho de 2014
11ª) 25 de agosto de 2013	

4.9.4. O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão e termina na primeira Data de Pagamento de Remuneração da Primeira Série ou na primeira Data de Pagamento de Remuneração da Segunda Série, conforme o caso, e para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento de Remuneração da Primeira Série ou na Data de Pagamento de Remuneração da Segunda Série, conforme o caso, e termina na Data de Pagamento de Remuneração da Primeira Série ou na Data de Pagamento de Remuneração da Segunda Série subsequente.

4.9.4.1. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento da Primeira Série ou até a Data de Vencimento da Segunda Série, conforme o caso.

4.9.4.2. Farão jus à Remuneração, aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à Data de Pagamento de Remuneração.

4.9.5. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração da Remuneração, será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI disponível.

4.9.5.1 Na ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis, no caso de extinção da Taxa DI, ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados (i) do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis ou (ii) do primeiro dia em que a Taxa DI não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a

JUE 3P
20 05 11

ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxa para cálculo da Remuneração, serão utilizadas as fórmulas estabelecidas nos itens 4.9.2 e 4.9.3 acima, observando-se a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.9.5.2. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.9.5.1, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos deste item, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxa para cálculo da Remuneração, será utilizada a fórmula estabelecida no item 4.9, observando-se a última Taxa DI divulgada oficialmente, para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

4.9.5.3. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.9.5.1, não haja acordo sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do valor das Debêntures em Circulação de cada uma das séries, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar ao Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, sobre qual a alternativa escolhida:

- (a) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento da Primeira Série ou na Data de Vencimento da Segunda Série, conforme o caso, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário acrescido da respectiva Remuneração até a data do efetivo resgate. Neste caso, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxa para cálculo da Remuneração, serão utilizadas as fórmulas estabelecidas nos itens 4.9.2. e 4.9.3. acima, observando-se a última Taxa DI divulgada oficialmente; ou
- (b) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, em cronograma a ser estabelecido pela E-

missora, o qual não excederá a Data de Vencimento da Primeira Série ou a Data de Vencimento da Segunda Série, conforme o caso. Nesta hipótese, caso a Emissora pretenda realizar a amortização das Debêntures em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares de Debêntures em Circulação. Neste caso, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxa para cálculo da respectiva Remuneração, serão utilizadas as fórmulas estabelecidas nos itens 4.9.2. e 4.9.3. acima, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada a taxa substitutiva apresentada pelos Debenturistas na Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou na Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série.

4.10. Repactuação

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.11. Aditamento à Presente Escritura de Emissão

4.11.1. Esta Escritura de Emissão será objeto de aditamento para contemplar a quantidade exata de Debêntures a serem emitidas e a respectiva alocação em cada série, o que será verificado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, de que trata o item 3.8 desta Escritura de Emissão.

4.11.2. Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, e posteriormente arquivados na JUCESP e registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes.

4.12. Resgate Antecipado e Amortização Extraordinária

4.12.1. As Debêntures não serão objeto de resgate antecipado total ou amortização extraordinária pela Emissora.

4.12.2. Fica garantido o resgate antecipado aos Debenturistas que assim desejarem, exclusivamente na hipótese de ser verificada a não manutenção da classificação de risco (*rating*) mínima da Emissão na escala BBB, pela Agência Classificadora de Risco.

4.12.2.1. Na hipótese descrita no item anterior, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas, observando os procedimentos descritos na Cláusula Sétima, sendo tal Assembleia Geral de Debenturistas instalada com qualquer

2



AP

JCEP
20 05 11

número de Debenturistas, visando que estes decidam, individualmente, pelo resgate ou pela manutenção de suas respectivas Debêntures.

4.12.2.2. Aos Debenturistas que optarem pelo resgate de suas Debêntures na forma prevista no item 4.12.2.1, a Emissora promoverá seu resgate, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contado da Assembleia Geral de Debenturistas em questão, pelo seu Valor Nominal Unitário, diminuída a parcela que já tenha sido amortizada, acrescido do valor da Remuneração até a data do efetivo resgate. Todas as Debêntures objeto de resgate na forma deste item serão resgatadas no mesmo dia pela Emissora.

4.12.2.3. Para as Debêntures registradas no SND, conforme procedimentos adotados pela CETIP, a operacionalização do resgate antecipado dos Debenturistas que assim optarem tal como indicado no item 4.12.2.2 será realizada por meio de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", não sendo aplicáveis as etapas de habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração ou definição do rateio das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de ajuste à presente Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

4.12.2.4. As Debêntures objeto de resgate na forma dos itens 4.12.2.1 e seguintes deverão ser canceladas, observada a regulamentação em vigor.

4.13. Vencimento Antecipado

4.13.1. Observado o disposto nos itens 4.13.2 a 4.13.4 abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir mediante a Notificação de Vencimento Antecipado (conforme definido a seguir), o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão das Debêntures, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses:

(i) não pagamento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária devida aos Debenturistas, nas respectivas Datas de Vencimento;

(ii) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, que (a) não seja devidamente sanada no prazo de cura específico; ou (b) em não havendo prazo de cura específico, não seja devidamente sanada no prazo de 7 (sete) Dias Úteis;

2



AP

JUESP
20 05 11

(iii) anulação, nulidade, inexecutabilidade ou questionamento pela Fiadora e ou pelos seus quotistas acerca da Fiança prestada nesta Escritura de Emissão;

(iv) liquidação, dissolução, extinção ou pedido de autofalência da Emissora e/ou da Fiadora, decretação de falência ou qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei;

(v) requerimento de falência, pedido de recuperação judicial ou recuperação extrajudicial da Emissora e/ou da Fiadora, não elidido no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do requerimento;

(vi) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

(vii) eventos ou situações que afetem comprovadamente de maneira adversa a capacidade operacional, legal e/ou financeira da Emissora e/ou da Fiadora de cumprir com obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão;

(viii) inadimplemento, não sanado no respectivo prazo de cura estabelecido no contrato inadimplido, (a) de qualquer obrigação financeira da Emissora e/ou da Fiadora, cujo valor individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas; ou (b) ocorrência de qualquer evento ou inadimplemento de qualquer obrigação, não sanado no respectivo prazo de cura, que gere ou possa ensejar a declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira da Emissora e/ou da Fiadora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas;

(ix) protesto de títulos contra a Emissora e/ou a Fiadora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, exceto se (A) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora ou Fiadora, conforme o caso; (B) o protesto foi cancelado ou susinado; ou (C) tiver sua exigibilidade suspensa por sentença judicial;

(x) não cumprimento de uma ou mais sentenças arbitrais ou decisões judiciais transitadas em julgado contra a Emissora e/ou a Fiadora, incluindo execuções fiscais, cujo valor individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas;

✓



UNESP
20 08 11

(xi) arresto, sequestro ou penhora de bens da Emissora e/ou da Fiadora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data do respectivo arresto, sequestro ou penhora, for comprovado que (a) houve contestação ou medida suspensiva de exigibilidade (b) houve substituição do bem constringido por outra garantia, desde que esta garantia não afete ou onere os bens da Emissora nos termos da presente alínea;

(xii) realização, por qualquer autoridade governamental, de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, mais que 10% (dez por cento) da totalidade do Ativo Permanente, considerando como Ativo Permanente a conta homônima constante nos balanços patrimoniais auditados da Emissora e da Fiadora;

(xiii) realização de redução de capital social, resgate ou amortização de ações da Emissora ou da Fiadora, ou, ainda, reembolso de ações de acionistas da Emissora ou da Fiadora, nos termos do artigo 45 da Lei nº 6.404/76, que representem mais de 10% (dez por cento) do patrimônio líquido (conforme a última demonstração financeira auditada da Emissora ou da Fiadora disponível na ocorrência evento, conforme aplicável), exceto para absorção de prejuízos contábeis constantes das demonstrações financeiras da Emissora ou da Fiadora e/ou em razão de alterações nas práticas contábeis brasileiras;

(xiv) autuações por órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, de valor individual ou agregado superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) exceto se tais situações: (a) forem contestadas no prazo legal; (b) tiverem sido efetuadas por erro ou má-fé, desde que validamente comprovado pela Emissora ou pela Fiadora, conforme o caso, ou (c) forem canceladas;

(xv) alteração ou modificação do objeto social da Emissora, para alterar substancialmente ou excluir as atividades atualmente desenvolvidas;

(xvi) mudança ou transferência, a qualquer título, do controle societário da Emissora, direta ou indiretamente, de forma que seus atuais controladores (a) passem a possuir menos de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação do capital votante da Emissora; ou (b) deixem por qualquer motivo de exercer o controle societário efetivo da Emissora;

(xvii) cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou a Fiadora, sem a prévia e expressa aprovação dos Debenturistas, salvo se a operação envolver subsidiárias da Emissora e/ou da Fiadora, independentemente do tipo societário que vierem a ser constituídas, desde que (a) seu objeto

JUL 20 06 11

social limite-se à prática de atividades regulares da Emissora e/ou da Fiadora e (b) não resulte em alteração do controle societário da Emissora e/ou da Fiadora;

(xviii) comprovação de que quaisquer declarações prestadas pela Emissora no âmbito da Oferta Restrita sejam falsas, incorretas, incompletas ou enganosas;

(xix) se as obrigações de pagar da Emissora, previstas na Escritura de Emissão, deixarem de concorrer, no mínimo, em condições *pari passu* com as demais dívidas quirográficas da Emissora, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência por força de disposição legal;

(xx) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas na Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas;

(xxi) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora;

(xxii) não constituição plena da Fiança, não cumprimento das obrigações previstas nos instrumentos de garantias nos prazos lá previstos ou não aprovação, pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, acerca de proposta de reforço da Fiança, caso esta tenha sido objeto de questionamento judicial, ou de substituição da Fiadora caso ocorra qualquer evento que afete sua capacidade de cumprimento de quaisquer obrigações previstas no âmbito das Debêntures, sendo que Assembleia Geral de Debenturistas de que trata esta última hipótese deverá ser convocada pela Emissora em prazo não superior a 15 (quinze) Dias Úteis contados do início do questionamento judicial ou de qualquer outro evento de que trata esta alínea;

(xxiii) não observância pela Emissora e/ou pela Fiadora, conforme o caso, dos seguintes índices e limites financeiros, calculados com base nas informações financeiras consolidadas da Emissora e da Fiadora, ao final de cada exercício, até o pagamento integral de todos os valores devidos em virtude das Debêntures:

(a) relação entre Dívida Líquida e EBITDA da Fiadora menor ou igual a 3,0 (três) vezes; e

(b) relação entre Dívida Líquida e Ativo Total da Emissora menor ou igual a 60% (sessenta por cento).

2





JUCESP
20 06 11

para os fins deste item (xxiv), considera-se como:

"Dívida Líquida": A somatória da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não-circulante, acrescida da rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não-circulante, bem como qualquer outra rubrica que se refira à dívida onerosa que venha a ser criada, excluídas as rubricas: caixa, bancos, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e operações com derivativos do ativo circulante e não-circulante, com base em valores extraídos da demonstração financeira consolidada anual, auditada pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S ou KPMG Auditores Independentes, apurados segundo as normas contábeis aplicáveis;

"EBITDA": O lucro operacional antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses, conforme cada item seja reportado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da Emissora, auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S ou KPMG Auditores Independentes, apurados segundo as normas contábeis aplicáveis; e

"Ativo Total": O ativo total apurado no balanço patrimonial, reportado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da Emissora, auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S ou KPMG Auditores Independentes, apurados segundo as normas contábeis aplicáveis.

4.13.1.1. A Emissora obriga-se a, tão logo tenham conhecimento de qualquer dos eventos descritos nas alíneas acima, comunicar imediatamente o Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas.

4.13.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (i), (iii), (iv), (v), (vi), (viii), (ix), (x), (xi), (xvi), (xvii), e (xx) do item 4.13.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer notificação.

4.13.3. Na ocorrência dos eventos previstos nas demais alíneas do item 4.13.1 acima, o Agente Fiduciário deverá publicar a convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do momento em que tomar ciência do evento ou for assim informado por quaisquer dos Debenturistas, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das Debêntures. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere este item deverá ser realizada no prazo legal.

JUL 30
20 08 11

4.13.3.1. Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.13.3. acima, que será instalada observado o quorum previsto na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, os Debenturistas poderão optar, em votação em separado, por deliberação de Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

4.13.3.2. Independente do disposto no item 4.13.3 acima, a não instalação das referidas Assembleias de Debenturistas por falta de quorum, será interpretada pelo Agente Fiduciário como uma opção dos Debenturistas em declarar antecipadamente vencidas as Debêntures de que são titulares.

4.13.3. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação que tiveram seu vencimento antecipado declarado, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que for declarado o vencimento antecipado, considerando que todas as Debêntures serão pagas em uma única data, mediante Notificação de Vencimento Antecipado a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão ou por meio de fax, com confirmação de recebimento enviado ao número constante da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão ("Notificação de Vencimento Antecipado"), sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.14 abaixo.

4.14. Multa e Juros Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora devidamente atualizados pela Remuneração, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso.

4.15. Atraso no Recebimento dos Pagamentos

2



JUL 19
20 06 11

Sem prejuízo do disposto no item 4.14 supra, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.16. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se dos procedimentos adotados pela CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas junto à CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados pela instituição depositária das Debêntures ou na sede da Emissora, se for o caso.

4.17. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.


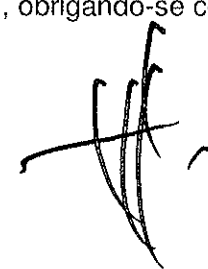
4.18. Publicidade

Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, a critério razoável da Emissora, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Diário do Comércio, utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações. A publicação do referido Aviso aos Debenturistas poderá ser substituída por correspondência registrada entregue a todos os Debenturistas e ao Agente Fiduciário.

4.19. Garantia Fidejussória

4.19.1. Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, a Fiadora presta fiança em favor dos titulares de Debêntures ("Fiança"), obrigando-se como fiadora e prin-

9/



JUL 20 05 11

principal pagadora, solidariamente responsável com a Emissora pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão, conforme descrito a seguir.

4.19.2. A Fiadora declara-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescida da Remuneração, dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias, presentes e futuras, principais e acessórias, previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive, mas não se limitando a, honorários do Agente Fiduciário e demais despesas por este realizadas na execução da sua função, bem como todo e qualquer custo ou despesa, inclusive de honorários advocatícios e periciais, comprovadamente incorridos pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos, outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão, inclusive verbas de caráter indenizatório, conforme o caso, até o seu integral cumprimento ("Valor Garantido").

4.19.3. O Valor Garantido será pago pela Fiadora no prazo de 3 (três) Dias Úteis, contados a partir da data de recebimento de comunicação por escrito enviada à Fiadora pelo Agente Fiduciário, exceto na hipótese de decretação de falência ou pedido de autofalência da Emissora, hipótese em que o valor será pago em até 1 (um) Dia Útil da referida notificação, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações relativas as Debêntures. Tal notificação só poderá ser emitida pelo Agente Fiduciário ou pelos titulares de Debêntures (i) após a ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura de Emissão, respeitados eventuais períodos de cura ou (ii) quando da declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão. A Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação de todas as obrigações pecuniárias presentes e futuras, principais e acessórias, previstas nesta Escritura de Emissão. Os pagamentos serão realizados pela Fiadora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão para pagamentos pela Emissora fora do âmbito da CETIP.

4.19.4. A Fiadora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 368, 821, 827, 830, 834, 836, 837, 838 e 839 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil") e artigo 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"). Todo e qualquer pagamento realizado pela Fiadora em relação à Fiança ora prestada será efetuado livre e líquido, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natu-

JUCESP
20 06 11

reza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais.

4.19.5. A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos titulares de Debêntures caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto deste item, sendo certo que a Fiadora obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após o integral cumprimento de todas as obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão.

4.19.6. A Fiadora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do valor total da dívida da Emissora.

4.19.7. Em virtude da Fiança prestada pela Fiadora em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura de Emissão será registrada nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de São Paulo, Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em até 20 (vinte) dias a contar da data de assinatura desta Escritura de Emissão, ressalvados eventuais atrasos imputados aos respectivos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, desde que devidamente comprovados. No prazo de 5 (cinco) Dias Úteis após tal registro, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original devidamente registrada.

4.19.8. O volume da Emissão representa o seguinte percentual do patrimônio líquido da Fiadora, de acordo com suas demonstrações financeiras datadas de 31 de dezembro de 2010:

Fiadora	Percentual Equivalente ao Patrimônio Líquido
Construtora OAS Ltda.	28,1%

4.19.9 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pela Fiadora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.20. Classificação de Risco

4.20.1 As Debêntures serão avaliadas, com periodicidade mínima de 1 (um) ano, por agência classificadora de risco especializada, contratada pela Emissora para ser responsável pela avaliação e monitoramento de risco das Debêntures ("Agência Classificadora de Risco"), devendo a respectiva contratação ser realizada antes da Data de Emissão.

JUL 30
20 05 11

4.20.2 As Debêntures deverão manter classificação de risco (*rating*) na escala BBB, fornecida anualmente pela Agência Classificadora de Risco desde a Data de Emissão, até a Data de Vencimento da Primeira Série e até a Data de Vencimento da Segunda Série.

Cláusula Quinta – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) cópia de suas demonstrações financeiras semestrais completas relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, e cópia de suas informações anuais, elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações;
- (ii) cópia das demonstrações financeiras semestrais completas relativas ao respectivo exercício social da Fiadora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, e cópia de suas informações anuais, elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações
- (iii) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- (iv) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de demonstrativo de apuração dos índices financeiros previstos no inciso "xxiii" do item "4.13.1" acima, com sua respectiva memória de cálculo, compreendendo as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a obtenção final de tais índices financeiros, atestando sua efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade. Fica desde já acordado que os referidos índices financeiros serão revisados anualmente pelo Agente Fiduciário, com base nas informações financeiras consolidadas da Emissora e da Fiadora dos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de apuração dos índices financeiros em questão, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

JUL 30
20 06 11

- (v) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.18 acima;
- (vi) avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (vii) desde que seja do seu conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis, contados da data do descumprimento;
- (viii) em até 10 (dez) dias após seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora que possa resultar em efeito relevante adverso aos negócios, à situação financeira e ao resultado das operações da Emissora;
- (ix) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- (x) vias originais desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos devidamente arquivados na junta comercial competente em até 15 (quinze) dias contados a partir da respectiva data de arquivamento;
- (xi) dentro de, no máximo, 5 (cinco) Dias Úteis após sua divulgação, cópia do relatório de reavaliação anual da Agência Classificadora de Risco, contratada na forma da alínea (q) abaixo; e
- (xii) anualmente, todos os dados financeiros, incluindo-se as demonstrações financeiras apuradas e auditadas pelos auditores independentes da Emissora, e atos societários, necessários à realização do relatório anual previsto no inciso XVII, artigo 12, da Instrução CVM 28, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deve-


JUL 29

20 06 11

rão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias anteriores ao prazo para disponibilização aos Debenturistas do relatório anual, conforme disposto no item 6.5. abaixo e no inciso XVIII, artigo 12, da Instrução CVM 28.

- (b) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (c) informar o Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 4.13 desta Escritura de Emissão;
- (d) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (e) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (f) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Emissora;
- (g) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (h) manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- (i) comparecer a Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitado e convocado nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão;

2



AP

JUL 19

20 06 11

- (j) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;
- (k) salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (l) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão;
- (m) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Escriturador, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário por meio do SND, bem como todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures;
- (n) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (o) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário e, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão;
- (p) manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos negócios da Emissora;
- (q) contratar e manter contratada, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, nos termos do item 4.20. acima, a Agência Classificadora de Risco que, conforme o caso, mantenha atualizado e dê ampla divulgação ao mercado do relatório de avaliação de risco (*rating*) das Debêntures, com periodicidade mí-

JUL 59

20 06 11

nima de 1 (um) ano, bem como assegurar que seja entregue ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da sua elaboração, comunicando-o imediatamente sobre qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures. Caso a Agência Classificadora de Risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir o *rating*, a Emissora deverá notificar o Agente Fiduciário que convocará Assembleia Geral de Debenturistas para que esta defina a nova agência classificadora de risco;

- (r) fornecer todas as informações que vierem a ser solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;
- (s) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável; e
- (t) cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM 476, quais sejam:
 - (i) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei n.º 6.404/76, e com as regras emitidas pela CVM;
 - (ii) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - (iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (iv) manter os documentos mencionados no subitem (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (v) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358/02, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM n.º 358/02, comunicando este fato imediatamente ao Coordenador Líder; e

JUL 30
20 06 11

(vii) fornecer as informações solicitadas pela CVM.

5.2. As despesas a que se refere o item 5.1 (o) acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, inclusive o relatório de *rating* elaborado pela Agência Classificadora de Risco, editais, atas, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável, se for o caso;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora e não entregues dentro de 20 (vinte) dias corridos;
- (c) despesas cartoriais e postais necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário;
- (d) despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, sendo que essas despesas devem ser razoáveis e compatíveis com os padrões existentes no mercado em que atua o Agente Fiduciário; e
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares de Debêntures.

5.2.1. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares de Debêntures deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e posteriormente ressarcidas pela Emissora, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias corridos.

JUL 30
20 06 11

Cláusula Sexta – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, acima qualificado, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas Cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM 28");
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;

42



JUE 30
20 08 11

- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão; e
- (j) verificará, de acordo com os prazos previstos na presente Escritura e na legislação aplicável, a regularidade da constituição da garantia fidejussória prestada pela Fiadora, tendo em vista as características e procedimentos de constituição da Fiança.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a liquidação integral das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

- (a) a título de remuneração pelo serviço de Agente Fiduciário, parcelas anuais de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) cada uma, sendo que a primeira parcela será paga no 5º (quinto) Dia Útil a contar da data de assinatura da presente Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas de aniversário subsequentes;
- (b) em caso de inadimplemento financeiro pela Emissora ou de reestruturação prévia das condições das Debêntures, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem efetivamente dedicada pelos profissionais designados pelo Agente Fiduciário (i) à assessoria aos Debenturistas em processo de renegociação das condições das Debêntures conforme venha a ser requerido pela Emissora, (ii) ao comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou Debenturistas e em Assembleias Gerais de Debenturistas, (iii) bem como à implementação das conseqüentes decisões tomadas pelos Debenturistas, a qual deverá ser paga dentro de 5 (cinco) dias corridos contados da data de entrega, pelo Agente Fiduciário à Emissora, do respectivo "relatório de horas trabalhadas";
- (c) Em caso de mora no pagamento da remuneração prevista nos alíneas (a) e (b) deste item, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M,

JUL 30

20 06 11

calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M/FGV"), incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*;

- (d) a remuneração prevista nas alíneas (a) e (b) acima será devida mesmo após a Data de Vencimento da Primeira Série e a Data de Vencimento da Segunda Série caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de obrigações não adimplidas pela Emissora;
- (e) as parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do IGP-M/FGV ou, na sua falta, pelo índice oficial que venha a substituí-lo, a partir da Data de Emissão, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro rata die* se necessário;

6.4.1. As parcelas relativas à remuneração do Agente Fiduciário descritas no item 6.4. acima serão acrescidas dos tributos vigentes à época do pagamento, tais como Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS), Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda (IR), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento da referida remuneração.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, documentação, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;


2



JUCESP

20 06 11

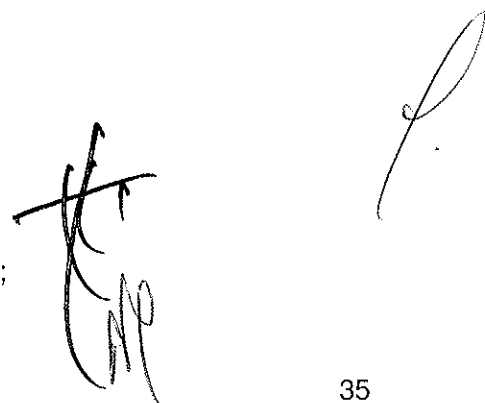
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão, da Fiança e respectivos aditamentos na JUCESP e cartórios competentes, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (h) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (i) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (j) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo primeiro do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se a enviar todas as informações financeiras e atos societários necessários à realização do relatório supracitado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização aos Debenturistas do relatório anual, conforme disposto no inciso XVIII, artigo 12, da Instrução CVM 28 e no artigo 68, parágrafo primeiro, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações:
 - (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;



JUL 29
20 05 11

- (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
- (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
- (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (v) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- (vi) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário da Emissão;
- (vii) pagamento de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; e
- (viii) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (ix) relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração; e
- (x) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
 - (a) denominação da Emissora;
 - (b) valor da emissão;
 - (c) quantidade de debêntures emitidas;
 - (d) espécie;
 - (e) prazo de vencimento das debêntures;

4

Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page.

JUL 99
29 08 11

- (f) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
- (g) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplimento no período.
- (k) divulgar as informações referidas na alínea "x" do item (j) acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (j) acima aos Debenturistas dentro dos 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
 - (i) na sede da Emissora;
 - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
 - (iii) na CETIP;
 - (iv) na CVM; e
 - (v) na sede do Coordenador Líder.
- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos titulares de Debêntures que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (n) manter atualizada a relação dos titulares de Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Agente Escriturador e à CETIP;
- (o) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (p) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados no item 4.18 acima, no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplimento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados

JUL 29
20 08 11

maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;

- (q) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (r) verificar o cumprimento pela Emissora da obrigação prevista na alínea "q" do item 5.1. acima; e
- (s) disponibilizar aos investidores e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou *website*, o Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculado pela Emissora.

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- (d) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto no item 4.13 desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese da alínea (d), bastará a aprovação de titulares de Debêntures representando a maioria das Debêntures em Circulação.

6.7. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico, exceto pela verificação da regular constituição dos referidos documentos, conforme previsto na Instrução CVM 28, e

av



JUCESP
20 06 11

que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

6.8. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

6.9. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas, observado o disposto no artigo 12 da Instrução CVM 28. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao estabelecido na Instrução CVM 28, na Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável e desta Escritura de Emissão.

6.10. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a escolha, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.10.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este co-

2

JUCESP
20 08 11

municar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, pedindo sua substituição.

6.10.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.10.3. Caso ocorra à efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.10.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.10.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos do item 4.11.

6.10.5.1. O Agente Fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento à Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.10.5.2. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos do item 4.18 acima.

6.10.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

Cláusula Sétima – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas da Primeira Série e/ou os Debenturistas da Segunda Série poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série ou em assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, para

JUCEP
20 06 11

deliberar sobre matérias de interesse da comunhão dos Debenturistas da Primeira Série ou dos Debenturistas da Segunda Série, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações (respectivamente "Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série" e "Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série").

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e/ou a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série poderá(ao) ser convocada(s) pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas da Primeira Série e/ou Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação ou, que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, ou pela CVM.

7.2.1. Para deliberações em Assembleia Geral de Debenturistas da qual deverão participar tanto os Debenturistas da Primeira Série quanto os Debenturistas da Segunda Série ("Assembleia Geral de Debenturistas"), nos termos desta Escritura de Emissão e da regulamentação aplicável, a convocação poderá ser feita por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao titular de Debêntures eleito pelos demais titulares de Debêntures presentes ou àquele que for designado pela CVM.

7.3.2. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série caberá ao titular de Debêntures da Primeira Série eleito pelos demais titulares de Debêntures da Primeira Série presentes ou àquele que for designado pela CVM.

7.3.3. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série caberá ao titular de Debêntures da Segunda Série eleito pelos demais titulares de Debêntures da Segunda Série presentes ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

7.4.1. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

2

JUCESP
20 06 11

7.5. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas, a Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e/ou a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série instalar-se-á(ao), em primeira convocação, com a presença de Debenturistas, Debenturistas da Primeira Série e/ou Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação, metade das Debêntures da Primeira Série em Circulação e/ou metade das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.6. Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por titulares de Debêntures que representem a maioria das Debêntures em Circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.



7.6.1. As alterações relativas (i) à Remuneração das Debêntures da Primeira Série ou à Remuneração das Debêntures da Segunda Série ou às datas de pagamento da Remuneração da Primeira Série ou às datas de pagamento da Remuneração da Segunda Série, e/ou, (ii) à Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série ou à Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série ou datas ou percentuais de amortização das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas da Primeira Série ou Debenturistas da Segunda Série que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação ou 90% (noventa por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme o caso.

7.6.2. Qualquer alteração (i) no quorum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; ou (v) nas hipóteses de vencimento antecipado descritas no item 4.13, deverá ser aprovada por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.


7.6.3. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

7.6.4. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições estabelecidas nesta Escritura de Emissão dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem,

2



41



JUCESP
20 06 11

no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, exceto se houver outro quorum específico estabelecido para a matéria.

7.7. Para efeito da constituição do quorum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta cláusula, serão consideradas, respectivamente, "Debêntures em Circulação", "Debêntures da Primeira Série em Circulação" e "Debêntures da Segunda Série em Circulação" todas as Debêntures, todas as Debêntures da Primeira Série e todas as Debêntures da Segunda Série em circulação no mercado, excluídas as Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus acionistas controladores ou de qualquer de suas subsidiárias ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuge.

7.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.

7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, bem como em todas as Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série e Assembleias Gerais de Debenturistas da Segunda Série para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

Cláusula Oitava – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DA FIADORA


8.1. A Emissora, neste ato, declara e garante que:

- (a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

2



42



JUCESP

20 06 11

- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, do contrato de distribuição das Debêntures, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) a Emissora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (f) salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, a Emissora está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;
- (g) as demonstrações financeiras e informações semestrais da Emissora disponíveis representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (h) não realizará outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Emissão, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (i) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 3.4 desta Escritura de Emissão;

7



MP



JUCESP

20 08 11

- (j) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;
- (k) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções; e
- (l) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições.

8.2 A Fiadora, neste ato, declara e garante que:

- (a) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida;
- (b) a celebração da Escritura de Emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais a Fiadora seja parte, nem resultará em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Fiadora, exceto por aqueles já existentes nesta data, bem como aqueles derivados desta Emissão; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (c) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação é exigido para o cumprimento, pela Fiadora, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão; e
- (d) as obrigações assumidas na Fiança constituem obrigação legal, válida e vinculativa da Fiadora, exequível de acordo com os seus termos e condições, nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil.

8.3. A Emissora e a Fiadora, conforme o caso, comprometem-se a notificar imediatamente os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

8.4. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorre-

2

AP

44

JUCEP
20 06 11

ção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula Oitava da Escritura de Emissão.

Cláusula Nona – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

OAS Engenharia e Participações S.A.

Avenida Angélica, n.ºs 2.330/2.346/2.364, 7º andar, sala 720

São Paulo, SP

CEP: 01228-200

At.: Sr. Ricardo Ricardi

Telefone: (11) 2124 - 1305

Fac-símile: (11) 2124 - 1293

Correio Eletrônico: Ricardo.ricardi@oas.com

Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Av. das Américas, 4.200, bloco 04, sala 514

Rio de Janeiro, RJ

CEP: 22.640-102

At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira / Nathalia Machado

Telefone: (21) 3385-4571 / 3385-4584

Fac-símile: (21) 3385-4046

Correio Eletrônico: trustee@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Mandatário:

Banco Bradesco S.A.

Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º Andar

CEP: 06029-900

At.: Sr. José Donizetti de Oliveira

Telefone: (11) 3684-3789

Fac-símile: (11) 3684-5645

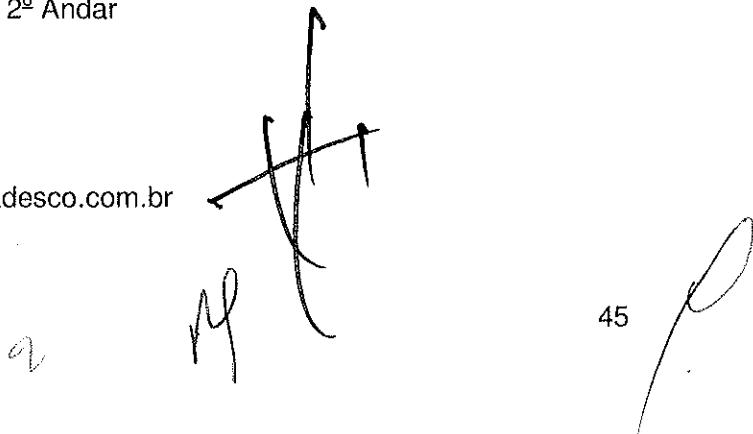
Correio Eletrônico: 4010.donizetti@bradesco.com.br

Para o Agente Escriturador:

2

MF

45



JUL 20 06 11

Banco Bradesco S.A.

Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º Andar

CEP: 06029-900

At.: Sr. José Donizetti de Oliveira

Telefone: (11) 3684-3789

Fac-símile: (11) 3684-5645

Correio Eletrônico: 4010.donizetti@bradesco.com.br

Para a Fiadora:

Construtora OAS Ltda.

Avenida Angélica, n.ºs 2.330/2.346/2.364, 7º andar, sala 720

São Paulo, SP

CEP: 01228-200

At.: Sr. Ricardo Ricardi

Telefone: (11) 2124-1305

Fac-símile: (11) 2124-1293

Correio Eletrônico: ricardo.ricardi@oas.com

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

9.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência.

9.4. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto no item 9.3 acima serão arcados pela parte inadimplente.

9.5. Os avisos, comunicações ou notificações enviados nas formas previstas nesta Escritura de Emissão serão considerados plenamente eficazes se entregues às pessoas descritas no item 9.1 acima.

a



JUCESP
20 06 11

Cláusula Dez – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. Todos os termos iniciados em letras maiúsculas nesta Escritura de Emissão cujas definições designem o singular incluirão o plural e vice-versa e poderão ser empregadas indistintamente no gênero masculino ou feminino, conforme o caso.




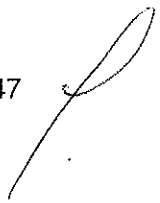
10.3. Para os fins e efeitos desta Escritura de Emissão, considera-se como "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo, dia declarado como feriado nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário na praça em que a Emissora é sediada ou em âmbito nacional, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente será considerado Dia Útil qualquer dia que não seja sábado, domingo ou dia declarado como feriado nacional.

10.4. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.5. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.6. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

10.7. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

   47 

JUCESP
20 05 11

10.8. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

10.9. Qualquer modificação aos termos e condições desta Escritura de Emissão será eficaz apenas mediante sua formalização por meio de aditamento a ser firmado pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, contando ainda com a anuência da Fiadora. Todos os aditamentos à presente Escritura de Emissão deverão ser registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, bem como arquivados na JUCESP, de acordo com o artigo 62, inciso II e parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

Cláusula Onze – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

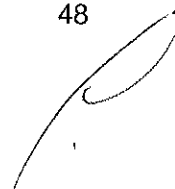
E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 25 de maio de 2011.

[restante desta página intencionalmente deixado em branco]



48

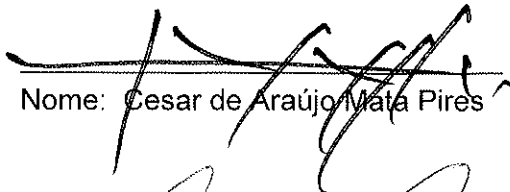


JUCESP

21 de 11

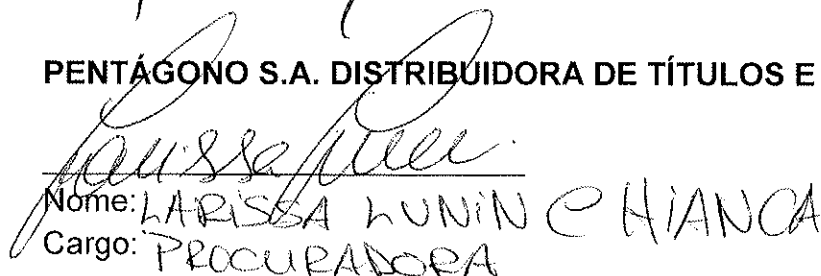
Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública, Com Esforços Restritos de Colocação, da OAS Engenharia e Participações S.A, celebrado em 25 de maio de 2011.

OAS ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

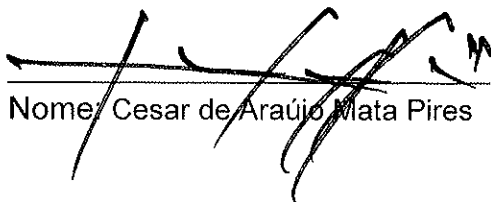

Nome: Cesar de Araújo Mata Pires

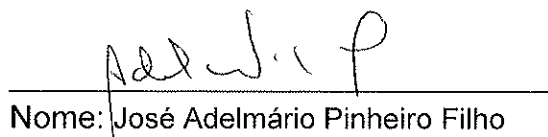

Nome: José Adelmário Pinheiro Filho

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

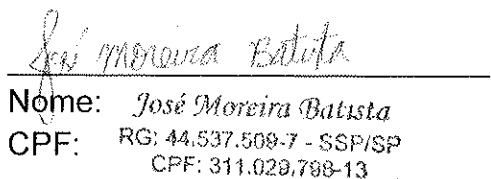

Nome: LARISSA LUNIN CHIANCA
Cargo: PROCURADORA

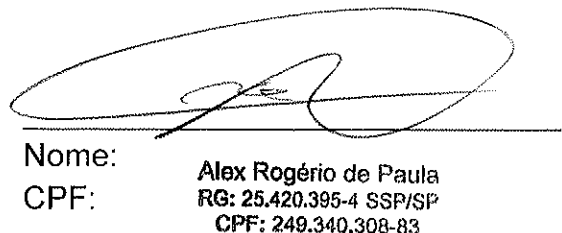
CONSTRUTORA OAS LTDA.


Nome: Cesar de Araújo Mata Pires


Nome: José Adelmário Pinheiro Filho

TESTEMUNHAS:


Nome: José Moreira Batista
CPF: RG: 44.537.509-7 - SSP/SP
CPF: 311.029.788-13


Nome: Alex Rogério de Paula
CPF: RG: 25.420.395-4 SSP/SP
CPF: 249.340.308-83

